

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE REALIZADA NO DIA DEZOITO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO -----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E CINCO** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária, e por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Mário Joaquim Gomes Branco, Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa, António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda e Maria Antónia Barbosa de Araújo. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano e Maria João Ferreira Alves. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Alexandra Maria do Carmo de Abreu Salgado e Paulo Carrapatoso Bordalo Amado. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Daniel José Martins Carapau. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Hélder Fernando Simões dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Alexandra Salgado. -----

----- Carlos Roque do Rosário Rêgo, que justificou a sua ausência e foi substituído por Paulo Amado. -----

----- Susana Marina Soares Paulo, que justificou a sua ausência e foi substituída por António Carvalheda. -----

----- David Filipe dos Santos Pinto, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Antónia Araújo. -----

----- Sérgio Machado Morais de Oliveira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Aquino de Noronha. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- (Não se registaram pedidos de intervenção)-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que havia um problema com o PAOD, porque foram recebidos três documentos da CDU no dia anterior às 15:05. Acontecia que por alguma circunstância tecnológica eles foram enviados para os mails da Junta e para o seu próprio, mas, pelos vistos, a Junta não os teria recebido ou perdeu-se o mail de envio. Como resultado não foram distribuídos os documentos aos Membros da Assembleia de Freguesia. Foram os documentos enviadas nos termos regimentais, mas pensava poder haver alguma dificuldade na sua discussão por não terem sido distribuídos. -----

----- Gostava de ouvir a Assembleia antes da Mesa se pronunciar. Havia várias hipóteses e uma delas poderia ser, como teriam uma Assembleia ordinária muito em breve, passar essa discussão para o dia 29 de abril. Outra, seria distribuir os documentos agora e dar quinze ou vinte minutos, o que entendessem necessário, para os lerem. Seriam essas duas, a não ser que apresentassem mais alguma outra hipótese. A Mesa inclinava-se para a primeira hipótese, mas estava aberta à segunda, interrompendo a sessão pelo tempo que entendessem, retomando depois os trabalhos do PAOD para discutir e votar.-

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Aquino de Noronha, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que era uma pena e tinha uma sugestão. Uma moção envolvia votação, outro documento era uma saudação à Mulher pelo dia 8 de março e não envolvia votação, o terceiro documento era uma recomendação. A sugestão era que os dois documentos que não envolviam propriamente uma grande discussão podiam ser discutidos agora e eventualmente deixar a moção, até porque envolvia votação, para dia 29, ou distribuir e talvez discutir no fim da reunião, ou no período que o Senhor Presidente entendesse ser o melhor.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que essa também era uma hipótese, passar o PAOD para o final da ordem dos trabalhos. Não sabia se os serviços tinham possibilidade de distribuir a todos os três documentos, que se discutiriam no final da ordem de trabalhos. -----

----- Ouvida a Assembleia e com o consenso unanime, determinou que os serviços da Junta fizessem já a distribuição dos documentos a todos, avançando-se com a ordem do dia e a seguir fariam a discussão do Perido de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 76/2025, para ratificação da decisão sobre a atualização das taxas aos comerciantes do Mercado de Alvalade, constante do Despacho n.º 60/JFA/2025, de 30 de janeiro;** -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa proposta tinha que ver com uma atualização, mas nesse caso uma redução das taxas aos comerciantes do Mercado de Alvalade. Ainda estava em vigor, em virtude de uma proposta também votada ali na Assembleia para a redução de algumas taxas a alguns dos comerciantes, que não viam as suas taxas atualizadas desde um período temporal em que houve esse benefício em virtude das dificuldades económicas que sentiam na altura. Nesse ano ficavam todos os comerciantes em igualdade de circunstâncias, seriam aplicadas as taxas à luz do regulamento de taxas municipais da CML fixadas pelo Município para o ano 2025. -----

----- Acontecia, porém, como era do conhecimento público, que no dia 2 de janeiro teve início a construção do novo parque de estacionamento do Mercado de Alvalade, que era defendido pelas forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia, passando esse parque de estacionamento a ter 233 lugares. Pesasse embora as medidas implementadas pelo Município de Lisboa e pela EMEL na criação de mais 25 lugares em espinha na Avenida da Igreja, não iriam colmatar cerca de 110 a 115 lugares do anterior parque de estacionamento e com isso tinha impactado de forma negativa na afluência ao Mercado de Alvalade.-----

----- Com base nessa situação e na sequência também de conversas que tiveram com os comerciantes do mercado e mais tarde com o Município de Lisboa, iam à Assembleia propor a redução das taxas para o ano 2025, entre janeiro e setembro inclusive, a redução em 50% dessas taxas. Em virtude dessa obra, em virtude da redução na afluência ao Mercado de Alvalade por parte dos visitantes, moradores e pessoas que

habitualmente lá iam fazer as suas compras, a verdade era que isso estava efetivamente a ser notado e os comerciantes tinham temporariamente, era o que esperavam, uma quebra nas suas receitas. Por isso mesmo entendeu-se que era da mais elementar justiça essa redução. -----

----- Inicialmente a Junta de Freguesia, porque não podia acomodar todas essas perdas, estava a pensar uma redução de 20% que seria assumida, caso a Assembleia concordasse, em 100% pelo Orçamento da Junta de Freguesia. No entanto, na sequência também da conversa com o Município de Lisboa e com o Senhor Vereador Diogo Moura, chegaram a acordo em reduzir 50% e a Câmara Municipal assumir essa redução em 30%, assumindo a Junta de Freguesia os tais 20%. -----

----- Era uma redução importante, significativa, com um valor elevado. Esses nove meses representavam uma redução de 103.374 euros, em que a Câmara pagaria 62.999 euros em jeito de CDC à Junta de Freguesia e a Junta, através do seu Orçamento, assumia 41.000 euros. -----

----- Essa proposta de subsidiação do Município de Lisboa à Junta de Freguesia já foi aprovada em reunião de Câmara Municipal, o Senhor Vereador foi à segunda comissão permanente da Assembleia Municipal explicar a proposta e no seu caso complementara, tendo sido votada no presente dia por unanimidade, às oito da noite em sede de Assembleia Municipal a comparticipação dos 30%. -----

----- Portanto, propunha à Assembleia que aprovasse a redução das taxas fixadas pelo Município para o ano 2025 a todos os comerciantes do Mercado de Alvalade entre o mês de janeiro e setembro de 2025 inclusive. -----

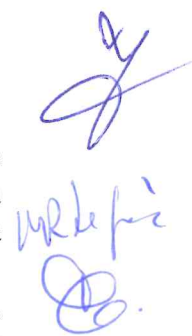
----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro José Ferreira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que essa proposta pretendia diminuir o impacto da obra de construção do silo auto que adicionava 115 lugares à oferta existente, uma vez que já lá existiam cerca de 115. Naturalmente o PS votou a favor na Câmara e também na Assembleia Municipal, mas a crítica que fazia à proposta e que era também um desafio tinha a ver com ser curto o tempo. Provavelmente, ao ritmo que aquilo estava a ocorrer, a obra iria estender para além de 30 de setembro. Por outro lado, os inconvenientes provocados no tecido do mercado penduravam sempre algum tempo depois da questão que gerou o inconveniente ter sido resolvida. Não foi instantâneo que os visitantes anteriores do mercado voltassem, havia sempre um período em que isso decorria. -----

----- Era a crítica que fazia a essa proposta, mas também era um desafio e o Senhor Presidente podia tentar já resolver isso, conseguir junto da Câmara estender esse período, fosse porque a obra podia atrasar, fosse porque os efeitos da mesma iriam pendurar durante algum tempo. -----

----- Dizer que a Junta de Freguesia de Alvalade não contribuiu só com 41.000 euros, na verdade contribuiu com 201.000 euros, uma vez que perdeu 160.000 euros de receita do parque de estacionamento e esse era um assunto que não estava resolvido. Havia uma grande assimetria entre o contributo que a Câmara dava e o contributo que a Junta de Freguesia dava. Era verdade que o Senhor Vereador Anacoreta Correia se comprometeu em compensar a Junta de Freguesia dessa receita, mas não existia nada escrito e era muito importante que isso fosse resolvido porque 160.000 euros para a Junta de Alvalade era muitíssimo dinheiro e uma componente muito importante das receitas próprias da Junta de Freguesia. -----

----- Iriam ratificar a decisão com esses dois desafios, o alargamento do prazo, fosse pelo alargamento do prazo da obra ou também pelos efeitos que a obra tinha e que



perduravam algum tempo, e o dinheiro da receita do parque que teria de ser reposto à Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Nuno Lopes, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” concordava e congratulava essa decisão de reduzir os 50%. Também estava em sintonia com o Partido Socialista, que devia ser cautelado o prolongamento desses benefícios em caso das obras atrasarem, mas também queria deixar a ressalva dos 160.000 euros. Fazer futurologia com orçamentos não era propriamente o mais indicado. -----

----- Houve uma reunião com o Senhor Presidente, tinha ido consultar a informação escrita e não via lá nada escrito sobre isso. Haveria qualquer coisa que estava a falhar e sabiam que por acaso nesse momento a Câmara Municipal era da mesma cor política que o Executivo da Junta, que as coisas podiam correr, mas no futuro podia não ser assim. Portanto, fazer futurologia em orçamentos com dinheiro que não existia não era propriamente a melhor solução. Como foi dito na última reunião, até achava que isso devia ser retificado, porque eram menos 160.000 euros e fazia diferença. -----

----- Queria acrescentar que nessa situação tinham que estar preparados para tudo. A Junta de Freguesia deveria ter uma reunião com a EMEL no sentido de sensibilizar a mesma, uma vez que se perdiam imensos lugares nessa zona, a não ter uma atitude tão agressiva perante os moradores, os comerciantes e quem os visitava, porque estavam todos a ser prejudicados. Ter uma atitude mais de sensibilização durante esse período em que perdiam esses lugares de estacionamento. Não estava a dizer que era a favor do estacionamento selvagem, mas estavam perante uma situação que não era normal e a EMEL devia sensibilizar mais as pessoas do que entrar numa ação interventiva de multar as pessoas que estavam mal estacionadas. -----

----- Obviamente que levava repercussões negativas para o mercado. Ainda na semana anterior tinha estado dentro do mercado e havia quatro clientes. Isso era muito grave, o mercado não podia viver só do sábado de manhã. Já tinha aquelas condições que tinha, sem o estacionamento a Junta de Freguesia devia ter acautelado muito mais do que os 25 lugares. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que começava por congratular porque era possível fazerem reuniões extraordinárias. Desde o início do mandato diziam que os assuntos que precisavam de ter pressa não tinham que esperar pelas Assembleias ordinárias. -----

----- Em relação ao mercado, obviamente que acompanhavam essa redução das taxas e não fazia sentido de outra forma. Tinham criticado os valores das taxas, nomeadamente em relação às condições que o mercado apresentava, as dificuldades que tinham sido sentidas pelos comerciantes e a perda de clientes que era notória ao longo dos últimos anos. Esse ponto continuava a ser relevante, estavam a adicionar mais estacionamento, mas continuavam a ter o mercado sem condições. Falaram disso várias vezes, mas a grande obra continuava por fazer. -----

----- Sobre os aumentos feitos ao longo dos anos já votaram contra, já abstiveram, mas no fundo foram decisões de aumento menor das taxas. Nessas taxas se calhar até podia ir mais à frente a redução, mas percebiam que fosse nesse valor e continuado. -----

----- Até ao momento raramente tinha visto uma obra em Lisboa a terminar no prazo, não sabia se seria estendida ou não, mas havia um risco grande pelo menos teórico no sentido de ser estendida e, portanto, era importante e necessário encontrar uma solução

para a frente. Deixavam também esse repto para que pudesse ser trabalhada já desde o início e não quando estivessem a chegar ao final da obra. -----

----- Havia a questão já levantada outras vezes, como iria funcionar o parque de estacionamento. Já sabiam a gratuitidade que agora se perdeu, se iria manter ou não, se o horário iria manter ou não, etc. Portanto, apoiando essa redução das taxas achavam que não era suficiente para garantir a operacionalidade futura do mercado e que era preciso fazer mais, mas para começar as questões do prolongamento da obra eram as mais essenciais. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que relativamente à extensão do prazo iriam avaliar. Nessa fase inicial de negociação com o Município de Lisboa a abertura era mínima para estender uma coisa que eles tinham ideia terminar no final do mês de julho, tendo-se conseguido uma extensão até ao mês de setembro. Essa preocupação foi acautelada, mas ficava difícil a posição negocial ao estender um prazo que já teve extensão de um mês. No entanto, ficava o compromisso de que iriam avaliar à medida que a obra fosse decorrendo. Até ao momento não tinham informação da parte do empreiteiro ou do concessionário de que a obra estivesse atrasada, assim que tivessem fariam essa negociação com o Município de Lisboa. -----

----- Quanto à receita do estacionamento, havia esse compromisso com o Município de Lisboa, o que já tinha referido ao Senhor Vice-Presidente era que a Junta não devia ser compensada por via de um CDC. Se assim tivesse que ser no primeiro ano, então que fosse, mas tinha que ser algo sustentável para o futuro. Podiam ser outras contrapartidas que já foram ali faladas, eventualmente com a concessão de um novo supermercado e essa receita reverter para a Junta para ser compensada. Tinham uma receita de longo prazo e com alguma previsibilidade, não sendo dependentes de CDCs que eventualmente podiam ser quebrados de mandato para mandato. -----

----- Estava na informação escrita que reuniram com o Senhor Vice-Presidente e essa questão já tinha sido levantada antes dessas reuniões que ali estavam. Essas foram reuniões de trabalho por causa do parque de estacionamento, em que o empreiteiro e o concessionário estiveram presentes. -----

----- Quanto à EMEL, tinha um regulamento para cumprir e quando fazia ações de fiscalização tinha que cumprir o regulamento e as regras do Código da Estrada. Já tiveram uma abordagem informal e algumas medidas, falar com os comerciantes e perceber que algumas medidas foram tomadas em alguns horários para não prejudicar para além daquilo que já estavam a ser prejudicados com a obra, não serem multados de forma tão veemente. A EMEL tinha que cumprir a sua função e esperava-se que fosse até setembro, que a partir daí as coisas voltassem à normalidade. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 76/2025, para ratificação da decisão sobre a atualização das taxas aos comerciantes do Mercado de Alvalade, constante do Despacho n.º 60/JFA/2025, de 30 de janeiro**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 78/2025, para aprovação da repartição de encargos plurianuais do procedimento para contratação da “Empreitada de requalificação do Parque José Gomes Ferreira e Quinta do Narigão” – Processo n.º 19/CP/JFA/2025;** -----



----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era a repartição de encargos de uma empreitada que ia no âmbito do contrato interadministrativo entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, proposta de CDC de mandato que foi aprovada. -----

----- Sobre o tema do Parque José Gomes Ferreira foram sendo dadas na informação escrita informações e pontos de situação dos projetos. Esse processo começou com a informação dos serviços no final de 2023, depois de várias reuniões com o Município de Lisboa, quem já estava nessas funções sabia que eram reuniões de discussão bastante difícil e ainda para mais num espaço verde que a Câmara Municipal gostava muito de ter sob a sua gestão. A mata de Alvalade era responsabilidade da Câmara e através de um CDC a gestão e manutenção estava do lado da Junta de Freguesia. -----

----- Os serviços de espaços verdes fizeram um trabalho bastante profundo na discussão e negociação com o Município de Lisboa e de seguida deram início ao processo, depois da aprovação do contrato de delegação de competências de mandato, um processo de contratação a uma empresa especializada em paisagismo, conceituada no mercado. Uma das três consultadas e todas elas tinham uma reputação bastante grande. A empresa que ganhou já trabalhou várias vezes para o Município de Lisboa, os próprios técnicos já conheciam muito bem essa empresa. Houve um levantamento bastante exaustivo com o estudo prévio, foi aprovado pelos técnicos da Junta de Freguesia e mais tarde pela Câmara Municipal. Esse tema era bastante sensível para o Município e nomeadamente para o departamento dos espaços verdes. Não fez só um levantamento exaustivo do que era necessário fazer em toda a mata de Alvalade, Parque José Gomes Ferreira e Quinta do Narigão e como podiam ver pela documentação enviada por solicitação do “Mudar Alvalade”, podiam ver que a intervenção estava dividida em três fases. -----

----- Uma vez que iam fazer um trabalho com essa profundidade, não fazia sentido uma coisa só sobre o Parque José Gomes Ferreira e fez-se sobre o seu todo em consonância com o Município porque independentemente do valor que lhes estava atribuído para executar essa empreitada, o trabalho ficava realizado caso a Câmara Municipal no futuro pretendesse ela própria realizar as outras duas fases, ou se estivesse na disposição podia passar esses valores para a Junta de Freguesia. Certamente que o atual Executivo ou os futuros estariam disponíveis para implementar esses trabalhos. -----

----- Foi um trabalho que demorou muito tempo, também foi feito um levantamento da fauna e da flora lá existente. Como já se tinha dito em informações anteriores, era bastante rico, mais até do que os técnicos estavam à espera. Havia ali uma jóia que tinha de ser preservada e que necessitava de uma intervenção. -----

----- A primeira fase estava limitada a esse valor de 347 mil euros. Já foram gastas verbas com o estudo prévio, o projeto de execução e todo o trabalho de levantamento da fauna e da flora. Optou-se por não partilhar o projeto de execução apenas por uma razão, porque ia a concurso público e não haver questões de confidencialidade, se era um concurso público tinham que preservar as regras de sigilo até ao lançamento do concurso, mas toda a informação foi disponibilizada e havia uma apresentação. O projeto também seria demasiado técnico, pelo menos para si era. -----

----- Foram consultadas várias entidades ao longo do processo. Para além do Município de Lisboa e em virtude de envolver redes de rega foram consultados o Regimento de Sapadores Bombeiros e a própria EPAL por causa da instalação de alguns contadores. Também foi obrigatório fazer uma revisão de projeto, em virtude do valor e por ser um concurso público teve que ser contratada uma entidade externa para rever o projeto que tinha sido realizado pela empresa que fez o estudo prévio e o projeto de execução. -----



----- Esse procedimento, por estar abaixo dos 750 mil euros, não requeria visto prévio do Tribunal de Contas, mas naturalmente o Tribunal de Contas poderia fazer uma fiscalização sucessiva em virtude do montante. -----

----- No valor inicialmente apresentado teve que haver uma pequena revisão dessa primeira fase, porque o valor apresentado tinha sido superior àquele que tinham inscrito em CDC e, portanto, tiveram que simplificar alguma parte dessa primeira fase que passaram para as fases seguintes em virtude do valor, para ajustar aos valores que tinham contratualizados pelo Município de Lisboa. -----

----- Submetia à autorização da Assembleia a assunção de encargos plurianuais, nomeadamente para o ano de 2026, no valor de 251.599 euros, em virtude de que o Executivo só tinha permissão para um valor até 99.000 euros. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro José Ferreira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que estavam ali a decidir a repartição de encargos da obra, embora naturalmente, como não havia nenhuma informação disponível, o tema convocava para se falar da obra e não propriamente da repartição de encargos. Portanto, essa era uma crítica que o PS fazia, a falta de informação pública. Esse Executivo não tinha feito apresentações públicas dos projetos, era uma estratégia, não foi a do PS, mas consideravam que seria uma boa prática isso acontecer. -----

----- Compreendia que também não estivesse no site. Tinha falado com o Senhor Presidente durante a tarde, disse que ia depois partilhar no site da Assembleia e no local próprio, agradeciam essa partilha. De todo o modo, devia ter sido feita a apresentação pública. -----

----- Na sessão de dezembro, a respeito desse projeto que estava no plano de atividades, disseram logo que achariam muito duvidoso que a consignação fosse feita no primeiro trimestre de 2025, como aliás se comprovava. Na informação que foi distribuída estavam a apontar para uma consignação a 15 de junho de 2025 e continuavam a considerar altamente duvidoso que essa data fosse conseguida, fosse porque estavam em ano eleitoral autárquico e a execução do PRR, pelo que era previsível a elevada ocupação da capacidade instalada no mercado, nos empreiteiros. Portanto, provavelmente os preços subiam, ou os empreiteiros tentavam atrasar as entradas em obra, para tentar não perder a obra e alijar a produção mais para a frente. -----

----- De todo o modo, a data indicada era 15 de junho e isso levantava uma reserva importante sobre a execução e condicionava o sentido de voto. Recordava que um dos trabalhos que aí estava era a execução de uma rede de incêndios para combate, normalmente era feito de metal, era preciso fazer roscas nos tubos e estar no verão a fazer obras que aumentassem de forma significativa o risco de incêndio era temerário e deviam evitar fazer esse tipo de intervenções num espaço florestal. -----

----- Acrescia que podia ser determinado pelas autoridades competentes a interdição de andar em espaço florestal, como já ocorreu. Acontecia que se a obra estivesse adjudicada o senhor empreiteiro e muito bem, era o que dizia a Lei, iria pedir uma indemnização por estar com a obra parada. Não podia ficar lá com o estaleiro e não poder trabalhar por isso. -----

----- Era verdade que a data da consignação era para lançar o procedimento contratual e o que se passava a seguir tinha uma série de dependências e podia a data não ser. Consideravam que provavelmente não seria, mas ainda assim os dados que tinham era 15 de junho e achavam arriscado fazer isso no verão. Portanto, o que apelavam era que não se comesse isso no verão, que comesse mais tarde, porque havia um risco técnico muito elevado sobre isso. -----

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

----- Era o que lhes condicionava o voto. Se houvesse um compromisso de que a consignação seria depois do verão podiam mudar o sentido de voto, mas no momento estavam pela abstenção. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Nuno Lopes, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” agradecia toda a informação escrita partilhada com os restantes Membros. Não tinham por hábito votar situações que desconheciam e à semelhança do que aconteceu na Avenida de Roma solicitaram todos os projetos antes de pronunciar o voto, porque estavam a falar de dinheiros públicos. -----

----- O "Mudar Alvalade", ao contrário do PS, não estava muito preocupado com a data de execução, mas ficava um bocado indignado porque esses projetos apareciam todos no último ano, no ano eleitoral, e não foram feitos no início. Se calhar o PSD e o CDS acharam que as pessoas não iam compreender, ou que só se lembravam no último ano, mas já podiam ter usufruído. -----

----- Tinha recebido a informação e analisara, não da forma cuidada como gostaria. Não ia falar das questões financeiras, se foi um projeto mais barato ou não, porque não tivera acesso a isso nem tempo, mas tivera o cuidado de observar o projeto e nesse aspeto tinha que dar os parabéns porque era um projeto bem concebido. Estava um projeto engraçado, mas tinha duas grandes falhas e ainda iam a tempo de colmatar, a iluminação e a segurança. Continuavam no mesmo problema. -----

----- Essa área que estavam a falar tinha um problema muito grave de segurança e iluminação, mas iam fazer um investimento de praticamente um milhão de euros e iria ficar na mesma. Teriam uns palcos mais bonitos, naturalmente teriam armazéns para arrumar geradores e luzes e ficava um bocado na dúvida se haveria segurança para guardar aquilo que fosse naquela zona. A segurança era um problema em Alvalade e no final gostaria de partilhar uma questão de segurança, mas tinha observado a iluminação e nesse aspeto o projeto era muito fraco, não chegava para ir onde queriam. -----

----- Podia dar o exemplo do Campo Grande, que era frequentado porque tinha movimento e tinha segurança. A mata não era frequentada porque não tinha segurança, não tinha iluminação e continuavam na mesma, porque nada constava no projeto que iria haver segurança, que iria haver segurança privada. Falava-se em guardas noturnos, mas num investimento desses era fundamental para as pessoas terem confiança e irem frequentar essa zona, que não fosse só à luz do dia e em horas mais movimentadas. No inverno a partir das cinco da tarde era noite e ninguém lá ia, mas mesmo durante o dia a mata era grande e já lá tinha ido fazer algum desporto, não havia mais homem ou menos homem, qualquer um naquela situação se sentia inseguro porque simplesmente não havia segurança. -----

----- O Senhor Presidente tinha falado que a Câmara de Lisboa queria esse local e a pergunta que fazia era por que não entregar isso à Câmara Municipal de Lisboa. Se calhar era menos uma despesa para a Junta de Freguesia, menos uma preocupação e ao exemplo que tinham do Campo Grande, que estava bem utilizado, não via mal ao mundo em que a Junta de Freguesia desse esse espaço à consignação da CML. Não via problema nenhum, desde que fizessem aquilo que se exigia, que colocassem iluminação e segurança. -----

----- Ainda sobre segurança, a Junta de Freguesia já nos Executivos passados de PS, PSD e CDS, tinha oferecido uns carros, bicicletas, motas, à PSP. Contudo, dava um exemplo a toda a gente de uma situação em que tinha ligado à polícia para falarem de uma situação de insegurança, estando uma hora à espera de uma situação de violência doméstica que tinha denunciado. O que a polícia lhe disse foi que não tinham agentes. -----

Estando a falar de uma Freguesia com 33 mil habitantes tinha questionado porque receberam recentemente viaturas, motas, bicicletas, ao que responderam que de facto tinham viaturas, mas não tinham homens. Isso era a Freguesia de Alvalade.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia.-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que não sabia quantos assaltos tinha havido na mata de Alvalade, parecia-lhe completamente fora do contexto.-----

----- Em relação ao que estavam a falar, tendo analisado o que foi enviado muito *en passant* havia questões que chamavam a atenção do que se pretendia fazer e ainda a tempo de resolver isso. A dada altura falava-se de acessibilidade universal e era importante perceber o que isso queria dizer, porque atualmente já não se utilizava essa terminologia, era acessibilidade inclusiva e até se usava mais a acessibilidade e mobilidade, porque acessibilidade era chegar ao sítio e depois percorrer autonomamente. Nada indicava que alguém em cadeira de rodas para se deslocar nas vias principais, aquelas que seriam intervencionadas primeiramente, que conseguisse chegar de um lado ao outro. Não havia nada que o indicasse e tinha muitas dúvidas que fosse possível fazer com uma intervenção simples. Esse era um ponto essencial, tinha estado no programa da CDU desde há vários anos, para não dizer várias décadas e falaram durante todo o mandato de acessibilidade pedonal e mobilidade. Esse era um dos pontos principais que viam uma aparente falha.-----

----- As inclinações com mais de 8% não podiam existir, tinha que haver espaços para paragens, etc. Os técnicos deveriam saber.-----

----- Sobre a questão da iluminação que foi colocada gostaria de contrapor uma outra coisa, que para todos os efeitos aquilo era uma mata. Foi durante muito tempo falada como mata de Alvalade e continuava a ser por muita gente, por isso não o surpreendia assim tanto os índices de... que foram encontrados ali. Apesar de serem um bocadinho superiores ao esperado, mas não o surpreendiam e não só por ser biólogo de formação, mas pelo estado em que aquilo foi mantido. A iluminação tinha que ser muito bem trabalhada, ou a biodiversidade ia ressentir-se e deixar de ser tão elevada como era agora.-----

----- Da mesma maneira, também parecia estranho o que estava previsto para a fase dois e podiam poupar aí uns dinheiros, que eram as vedações das comunidades vegetais e dos habitats. Era uma mata, não se queria ali um jardim, nem sequer um jardim do Campo Grande, que mesmo assim já tinha o aspeto mais natural.-----

----- Essas questões deviam ser tidas em consideração quando fossem para a execução do projeto, porque podiam alterar drasticamente o que era o local.-----

----- Falava-se também na implementação de bebedouros novos e achava bem, porque aqueles estavam velhos, mas por favor não usassem os bebedouros tão fixos da EPAL, porque ninguém em cadeira de rodas conseguia beber, além das crianças não conseguirem beber autonomamente. Tinham que ser cortados e não sabia se já os tinham visto abertos, mas era possível fazê-lo, era uma questão de vontade acima de tudo.-----

----- A mesma coisa em relação à inclusividade para o resto, se seriam adaptadas as instalações sanitárias. Falava-se da ampliação da casa de função e se calhar eram precisos uns sanitários públicos gratuitos e de bom acesso, com capacidade inclusiva para toda a gente.-----

----- O parque seria o que as pessoas fizessem dele e era preciso depois dinamizar. Tinham falado e já apresentaram uma moção a nível da casa da biodiversidade, continuavam a insistir que aquelas casas de função podiam ser feitas para dinamizar

essa utilização, também para aprendizagem ao nível da ligação às escolas, mas também de uma forma geral para a comunidade da Freguesia e de Lisboa. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro José Vaz, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que gostaria de dividir isso em duas partes, uma relativamente ao início das obras. Discordava que tivessem início no verão por vários motivos além do incêndio que se podia dar. Seria muito mais conveniente começar no outono e não no verão, mas o Executivo lá saberia. -----

----- Sobre a questão da iluminação, pensava que deveria ser cuidado por dois motivos, por causa do habitat da bicharada e para dar algum aspeto de segurança das pessoas que lá circulavam, porque todos sabiam que houve lá alguns incidentes que resultaram em situações bastante desagradáveis para os que foram agredidos. -----

----- Por outro lado, a parte da videovigilância deveria ser instalada logo nas entradas, por uma questão de identificar pessoas que iam para lá com intenções menos próprias. Devia ser prevenir e não remediar. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Nuno Lopes, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que queria só corrigir algumas situações para não ficarem mal-entendidos. No "Mudar Alvalade" tinha uma visão mais alargada do que o PCP e o PCP devia estar a pensar que o "Mudar Alvalade" mandou pôr luzes nas árvores todas e por aí fora. Isso não cabia na cabeça de ninguém, quando falavam na iluminação era obviamente estudada pelos técnicos, para o "Mudar Alvalade" isso era possível e com certeza para os técnicos também era. Podiam juntar o útil ao agradável. -----

----- Relativamente à questão da segurança, em que o PCP desdramatizava, não fazia mais nenhum comentário. Ali havia muita insegurança e se o PCP achava que não nem comentava. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Daniel Carapau, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que queria associar ao comentário que foi feito pelo PS sobre ter sido útil fazer sessões de discussão pública sobre esse projeto, porque era um espaço importante para a Freguesia e certamente os fregueses gostariam de ter mais informação sobre o assunto atempadamente e dar os seus contributos. -----

----- Em relação à data de início da obra, além dos temas que já foram levantados, especialmente o verão era uma altura do ano em que a mata era muito procurada e convinha saber qual era o nível de restrição que iria haver à circulação do espaço enquanto a obra estivesse a decorrer. Se essa restrição fosse muito ampla convinha talvez atrasar a obra para permitir que os fregueses usufruissem do espaço quando as condições atmosféricas mais permitiam e que era exatamente durante o verão. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que tinha só uma pequena correção porque ao fim de quatro anos a desatenção continuava a perdurar. Realmente eram CDU, eram diversidade, tinham os Verdes, o PCP e muitos outros. Entendia que fosse difícil perceber, principalmente a questão da diversidade e da discussão de ideias internamente, mas ficava o ponto. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria só dar alguns esclarecimentos sobre os temas levantados. A apresentação era um tema que já foi bastante debatido na Assembleia, que estava em grande parte dos programas políticos apresentados aos

eleitores e o Orçamento era limitado. Portanto, a intervenção baseava-se nessa primeira fase pelo essencial, eram os caminhos pedonais principais. O parque não ia fechar durante essa intervenção, as pessoas poderiam continuar a usufruir. Iriam publicitar toda a informação, assim que o concurso fosse lançado colocariam toda a informação que tinham a disposição para quem quisesse ter acesso à mesma.-----

----- Quanto aos timings da obra, nunca havia os timings ideais de lançamento. Lançavam agora porque acabaram todo o trabalho de mais de ano e meio de projetos, de discussão com várias entidades, projetos de execução, lançavam a obra quando era possível lançar. Não era intenção lançar em junho só porque sim e lançar no inverno também tinha o problema que não era possível secar os caminhos, dependendo do produto que se utilizava. Havia prós e contras nas duas versões.-----

----- Obviamente que iriam ser sensíveis e solicitaria aos serviços da Junta para serem sensíveis com o tema do risco de incêndios e da execução da obra, isso podia ser mitigado. Não sabia se a canalização iria ser em metal ou não, atualmente a maioria das tubagens era em pvc, na rede de incêndio não sabia qual era o material, se houvesse risco de incêndio podia ser montado em estaleiro, podia ser no parque de estacionamento e colocado no local com as valas abertas. Havia muito trabalho a fazer para evitar essas situações, mas agradecia a sugestão que era sempre útil, o que queriam evitar era paragens de obra que significavam mais custos de estaleiro.-----

----- Em relação à iluminação, como deviam compreender e já foi dito ali pela CDU, isso não era um jardim, era uma mata e estava classificado como parque florestal. A iluminação era por questões de segurança, foi estudada pela divisão de iluminação pública do Município de Lisboa, o departamento de verdes também teve atenção por causa da fauna existente nesse parque florestal. Tinha a mesma classificação que Monsanto e também aí não havia iluminação pública na sua zona mais central. Ali iriam ter e podia haver algumas regulações em termos de horário, de ligar e desligar, precisamente para preservar o habitat existente e ao mesmo tempo dar alguma segurança a quem utilizava.-----

----- Essa rede de iluminação foi revista, seria nos caminhos principais nessa fase e, portanto, garantia à luz daquilo que eram as análises técnicas efetuadas por quem sabia da coisa o suficiente para existir o equilíbrio entre a segurança e a preservação da fauna lá existente.-----

----- Quanto à casa de função, ela já tinha várias utilizações. Ainda existia lá um inquilino, que era o guarda, não tinham a totalidade da gestão dessa casa de função. Era utilizada também para outras atividades da Junta de Freguesia e até do clube desportivo.

----- As instalações sanitárias que existiam já estavam adaptadas à mobilidade reduzida. Estariam abertas ao público e o reforço das instalações sanitárias também era uma preocupação do Executivo.-----

----- Sobre a mobilidade, as inclinações, era um tema e não iriam fazer grandes movimentações de terra por ser um parque florestal e a preservação dos habitats naturais. Iriam recuperar os caminhos lá existentes, eventualmente com a adição dos caminhos secundários que iam sofrer algumas requalificações no futuro. Essas ligações certamente seriam asseguradas pelos técnicos, mas nos caminhos principais podia admitir, era só uma suposição, que não estariam 100% adaptados à mobilidade condicionada.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 78/2025, para aprovação da repartição de encargos plurianuais do procedimento para contratação da “Empreitada de requalificação do Parque José Gomes Ferreira e Quinta do Narigão” – Processo n.º**

19/CP/JFA/2025, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos favor (PSD, CDS-PP, CDU, IL, BE e Chega) e 7 abstenções (PS e MMA) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Nuno Lopes para uma Declaração de Voto, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“O Mudar Alvalade absteve-se e dizer que nas questões que foram colocadas nesta reunião o Senhor Presidente não focou nada relativamente à iluminação, à segurança na mata.”* -----

----- **Ponto 3 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta da Freguesia de Alvalade, prevista no n.º 2 do artigo 19.º do Regimento Assembleia de Freguesia de Alvalade;** -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a informação escrita numa Assembleia extraordinária, embora não fosse obrigatório por Lei, o Regimento previa essa informação escrita. Pedia desculpa porque não foi enviada, tal como o Regimento exigia, ao mesmo tempo da convocatória. Foram os restantes pontos, mas os serviços precisavam de algum tempo para preparar a informação e depois o Executivo ver a mesma.-----

----- A informação escrita era muito detalhada, tinham toda a informação, mas destacava algumas das ações que tomaram no período entre dezembro e fevereiro. -----

----- Na higiene urbana lançou-se um procedimento para aquisição, reparação e manutenção de equipamentos. O gabinete jurídico com os serviços estava a preparar os procedimentos para a aquisição de dois compactadores inscritos no Orçamento a nível de investimento. -----

----- Foi assinado um acordo coletivo com o SINTAP, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, que estava em linha com os restantes dois que já foram assinados no passado, reforçando a garantia das condições de trabalho para os trabalhadores da Junta de Freguesia. -----

----- Nos espaços verdes foi realizada uma aquisição de espécies arbóreas e material vegetal para várias plantações que foram efetuadas na Freguesia nos últimos meses, aquisição essa que era suplementar ao material vegetal que ia sendo fornecido pelo Município de Lisboa, mas que nem sempre conseguia dar resposta às necessidades que eram solicitadas pela Junta de Freguesia.-----

----- Foram plantados 906 arbustos, subarbustos e herbáceas em várias zonas do território, também a plantação de 18 árvores em vários locais. No âmbito das provas que eram realizadas nessa altura do ano houve 196 intervenções. Tiveram o abate de 10 exemplares secos ou em risco de rotura e o desmonte de 4 exemplares que tombaram em virtude de condições atmosféricas menos favoráveis.-----

----- Também nessa altura do ano houve um controle e um procedimento preventivo nas pragas da lagarta do pinheiro, a remoção mecânica de 134 ninhos e a colocação de fita colante em algumas árvores do território, como podia constatar quem andava mais nas zonas onde existia essa espécie arbórea.-----

----- No CDC de mandato foram lançados vários procedimentos para dar cumprimento àquilo que foi aprovado na Assembleia e que estava bastante detalhado pelos serviços na informação escrita. -----

----- A nível de licenciamento continuaram o trabalho iniciado alguns meses atrás de controle de algumas irregularidades, não só em benefício da equidade e da igualdade

entre comerciantes, todos tinham que pagar as taxas de ocupação de espaço público a que estavam obrigados, mas também era uma fonte importante de receita para a Junta de Freguesia e uma competência que lhes estava adstrita.-----

----- Na mobilidade deram um parecer positivo, apesar de não ser vinculativo, a Câmara, iria solicitar ao empreiteiro para repor algumas dessas situações que não foram bem executadas. Tinha vindo a acompanhar o projeto “Mexe-te na tua cidade” que foi implementado junto à escola básica Dom Luis da Cunha, a exemplo do que já tinha sido feito na escola de Santo António.-----

----- Nos equipamentos, preparação do processo para o novo contrato de manutenção dos diversos equipamentos da Junta. Tinha um contrato de empreitada para a manutenção regular de todos os equipamentos que estavam adstritos, a sua gestão ou propriedade da gestão adstrita à Junta de Freguesia e lançaram esse novo procedimento. Só esse trimestre a que se referia a informação escrita, o custo de manutenção dos equipamentos rondou os 30 mil euros. -----

----- A Câmara Municipal, através do concessionário, iniciou a obra do parque de estacionamento do Mercado Alvalade. Tiveram uma reunião importante, e era importante relevar na Assembleia de Freguesia, tiveram uma reunião com o promotor de um projeto imobiliário na Avenida Estados Unidos da América, na zona do atual dog park, porque esse terreno era privado e seria desenvolvido um projeto naquele local. ----

----- Também ficaram surpreendidos com a informação, esse terreno foi vendido em hasta pública e, portanto, seria realizado um projeto imobiliário de habitação, ou muito perto disso, os promotores do projeto foram falar com a Junta para auscultarem o que seriam as necessidades ali na zona, manter o dog park ou criar um parque infantil. -----

----- A principal preocupação era a ligação existente à Rua Lagares D’el Rei até à Avenida Estados Unidos da América, à Rua Moura Girão também, a acessibilidade pedonal e a segurança pedonal desse espaço e partilharam essa informação com o promotor do projeto, que naturalmente iria discutir o projeto não com a Junta, mas com o Município de Lisboa, com a área do urbanismo. -----

----- A nível de ambiente e energia, como puderam verificar em relação ao quarto trimestre de 2024, comparado com o período homólogo de 2023, tiveram um ligeiro aumento dos consumos de energia, de 1,3%, dos consumos totais de energia, água e gás, em virtude do aumento do consumo de eletricidade de cerca de 5% e do gás natural. A água teve um grande impacto, o gás natural desceu cerca de 13,5%. -----

----- A nível de consumo de água, só dar uma nota de que conseguiram nos espaços públicos, na rega, reduzir o consumo em cerca de 9% em relação ao período anterior. ---

----- A nível dos direitos sociais, as equipas continuaram a fazer as atividades fundamentais nessa área, a acompanhar os mais vulneráveis, a desenvolver os projetos com as várias entidades com quem se relacionavam, fosse a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Municipal, a grande participação no projeto Radar em que envolvia outros parceiros como a área da saúde, o Regimento de Sapadores Bombeiros, a Santa Casa da Misericórdia, entre outros. Reuniram o núcleo executivo da comissão social de Freguesia de Alvalade no dia 28 de janeiro e realizaram mais uma vez as reuniões periódicas do grupo comunitário do Bairro Fonsecas e Calçada e muito em breve iriam também ao Bairro das Murtas. -----

----- A Universidade Sénior, tinham continuado a desenvolver, nesse momento tinham 406 inscritos em várias atividades, quase cerca de 30 disciplinas estavam à disposição dos utentes. Realizaram o apoio financeiro e não financeiro a várias associações, fosse no âmbito desportivo ou no âmbito cultural, o apoio financeiro que era dado no início de cada ano letivo ou periodicamente às escolas com quem tinham essa relação e

responsabilidade. Prepararam o Alvalade em Férias da Páscoa com vários procedimentos e atividades por parte dos serviços. -----

----- O Mercado de Natal 2024, esse ano participaram 62 comerciantes, 12 com estrutura própria e 50 em estruturas de madeira alocadas pela Junta de Freguesia. Cinco comerciantes tinham o seu estabelecimento comercial em Alvalade, foram ainda selecionados dois comerciantes residentes em Alvalade. Participaram várias novas instituições definidas pelo pelouro dos direitos sociais, a acrescer aos Briosos de Alvalade. -----

----- Nesse ano criou-se a estrutura Casa das Oficinas, em que funcionaram diversas atividades de animação, ateliers e outras ações de sensibilização em parceria com a CML, nomeadamente o departamento municipal de higiene urbana e o departamento de espaços verdes. -----

----- Lançaram o desafio às escolas e as escolas de Santo António, Coruchéus e São João de Brito responderam a esse desafio e elaboraram materiais de decoração do Mercado de Natal. A programação foi bastante vasta. -----

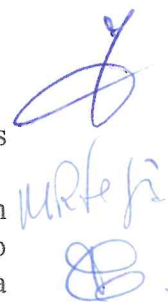
----- Realizou-se um inquérito de satisfação não só aos comerciantes que participaram na edição, mas aos comerciantes que tinham presença na Avenida da Igreja e arredores. Os resultados estavam à vista, a satisfação global era bastante positiva e, portanto, tinham de ir sempre melhorando nos próximos anos. Foi o último Mercado de Natal organizado por esse Executivo. No próximo ano deixariam as bases, como o Executivo anterior fez, as bases para a organização do próximo e depois o próximo Executivo tomaria a decisão ou não da sua realização. -----

----- A nível de segurança, já falaram ali de segurança, dizer que fizeram aquilo que lhes competia, ou diria mais, iam mais além daquilo que lhes competia. Arranjar agentes de segurança pública não o podiam fazer, mas podiam dar condições para que, eventualmente, essa fosse uma das esquadras com melhores instalações e que os próprios agentes quisessem ir para essa esquadra. Disponibilizar carros como fez o anterior Executivo, ou bicicletas, ou motas, ou mesmo intervenções na infraestruturas, como se realizaram em cerca de 9500 euros, mais contribuição de equipamento informático para a esquadra, parecia-lhes ser uma boa medida. Faziam aquilo que podiam, até onde podiam ir e se calhar já faziam bastante mais do que lhes competia como instituição, não dizia enquanto Executivo, que tinham que dar sempre o máximo de condições e nomeadamente aos agentes que garantiam a segurança do território e a 18ª Esquadra que englobava os 33 mil habitantes. -----

----- A nível dos guardas noturnos, reuniram com a associação na sequência da aprovação do novo regulamento, ou adaptação do regulamento de guardas noturnos na Cidade de Lisboa, que necessitava de ser atualizado em virtude da nova Lei de 2015. Essa associação estava a aguardar que fossem lançadas pelo Município de Lisboa as candidaturas a guardas noturnas. Se não estava em erro, seriam 56 em toda a cidade, a Freguesia de Alvalade tinha quatro áreas e podiam candidatar-se quatro guardas noturnos. Na sequência disso fariam depois um protocolo, se fosse a tempo útil do atual Executivo, com a Associação Nacional de Guardas Noturnos para que esses candidatos pudessem exercer a sua função também nas melhores condições possíveis. Certamente que seria necessário algum apoio financeiro da Junta de Freguesia para que esses guardas noturnos pudessem exercer a sua atividade. -----

----- Ficava à disposição para o esclarecimento de qualquer questão adicional que pudessem ter. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Nuno Lopes, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

  
URF  
B

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” não era contra a cedência de viaturas, bicicletas, motas, para a Polícia de Segurança Pública, embora não fosse a função da Junta de Freguesia. Era da Administração Interna e achava estranho, porque quando propuseram qualquer coisa para a saúde todos os partidos votaram contra, que também não era competência da Junta de Freguesia. -----

----- Uma Freguesia que tinha 33 mil habitantes e apenas uma viatura com dois agentes, se calhar a Junta de Freguesia tinha que questionar onde estava o reforço dos 24 agentes que recentemente foram colocados ali. Tinham que colocar se eles não estariam a fazer gratificados ou outra coisa qualquer, mas achava um bocado estranho entrarem 24 agentes e para uma Freguesia com 33 mil habitantes haver uma viatura. -----

----- Ainda relativamente à informação escrita, tinha procurado e não encontrou nada sobre o estacionamento no Mercado de Alvalade. Isso ia desde o dia 1 de dezembro e deveria constar pelo menos alguma reunião da Junta de Freguesia com a Câmara Municipal de Lisboa, deviam constar e todos sabiam que aconteceram, A não ser que a Câmara Municipal de Lisboa tivesse feito o estacionamento à revelia da Junta de Freguesia, porque na última reunião ninguém sabia de estacionamento. Por acaso até tinha dito ali na última reunião que não fosse a Junta de Freguesia tirar um coelho da cartola. O Senhor Presidente tinha criticado muito as suas críticas no Facebook, mas lamentava, estava num país democrático e tinha direito a fazê-las. -----

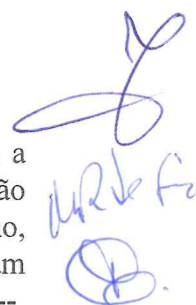
----- A Junta de Freguesia tirou mesmo um coelho da cartola. Na última reunião ninguém sabia do estacionamento e, a não ser que houvesse algum conhecimento off record, todos tomaram conhecimento através do Facebook e perguntava era como um projeto, inclusive até um concurso público, passava em branco. Perguntava ainda como passavam de um estacionamento subterrâneo que era para ter sido no Largo Frei Heitor Pinto para um estacionamento com dois pisos. Parecia-lhe uma má troca e nesse aspeto perdeu-se um espaço de excelência, estava mal feito, não conseguiriam desfazer nos próximos 20 ou 30 anos. -----

----- Apesar de todos os partidos terem concordado, exceto o Bloco de Esquerda, o "Mudar Alvalade" não concordava com esse modelo de estacionamento para cima, era um elefante e estavam a fazer uma má troca, estavam a perder um espaço de excelência. Lutaram por retirar o parque de estacionamento do Largo Frei Heitor Pinto, que era um erro, e conseguiram levá-lo para o mercado, mas não era para cima, era para baixo e no mínimo tinha que ser igual. O Senhor Presidente não defendeu as cores da Freguesia, a ideia era para baixo e por cima um jardim, mas não iam ter nada para baixo e sim para cima. Já não se usava no coração de Alvalade ter um mono desses e perdiam um espaço de excelência por apenas cem lugares. -----

----- Perdeu-se essa oportunidade e ficaria marcado na história, porque nos próximos 20 ou 30 anos Alvalade não se iria desfazer desse estacionamento. No "Mudar Alvalade" não concordavam com isso, nunca podiam concordar e não era essa a solução. Já nem ia falar na moção que fizeram e foi aprovada na Assembleia para que houvesse uma discussão pública, mas a população nem sequer foi tida nem achada. Possivelmente era a última vez que falava ali nesse estacionamento porque o mal estava feito, não concordava e não entendia que nem constasse nada na informação escrita. Tinha o direito de não concordar. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Aquino de Noronha, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que se penitenciava porque não tinha lido a informação do Presidente e queria levantar duas questões. Uma tinha a ver com a toponímia do Bairro São João de Brito. Custava muito que o nome de um dos ilustres da Freguesia, o cineasta Fernão Lopes, tivesse sido retirado e substituído por um fotógrafo.



Pelo que lhe diziam, a razão de ser indicado foi porque tirou fotografias ao bairro, mas provavelmente haveria outras ruas do bairro que pudessem levar o nome do Eduardo Portugal. Era pena, porque Fernão Lopes foi uma personagem que viveu na Freguesia, uma individualidade com muito prestígio. Esperava que a Câmara arranjasse uma rua digna para levar o seu nome. -----

----- Um dia iria apresentar o nome de cerca de trinta personalidades importantes que viveram e trabalharam na Freguesia. Incluía músicos, escritores, cineastas, políticos, etc.

----- A segunda questão tinha a ver com os famosos painéis da JCDecaux, que era muito falado. Foi prometido ali que na Praça de Alvalade iriam replantar as árvores e em vez disso tinham dois painéis monstros da JCDecaux com três metros, pareciam sentinelas ao Santo António. Diriam que foi votado na Câmara e que as votações foram por unanimidade e que já iam do Executivo anterior, mas para si isso pouco importava. O que importava era que iriam ter dois monstros numa zona nobre, no centro da Freguesia de Alvalade. Esperava em primeiro lugar que a Junta de Freguesia pudesse exercer o seu poder para que isso fosse revertido e, em segundo lugar, que cumprisse aquilo que foi prometido e que era replantar a Praça de Alvalade.-----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Ana Pelicano, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Ana Pelicano (PSD)** disse que discordava do “Mudar Alvalade”. Tinha encontrado na informação escrita referências às reuniões do parque de estacionamento.

----- Outra coisa que a preocupava era que andavam há 50 anos para construir o parque de estacionamento e esperava que a esperança de vida do parque não fosse de 20 ou 30 anos, que fosse um pouco mais. Os eleitos do PSD viam com agrado o início das obras do parque de estacionamento junto ao mercado ao fim de tantos anos, com tantos estudos e projetos, o qual já aparecia uma utopia, mas com o atual Executivo o parque saiu do papel e muito em breve estaria a melhorar a vida das pessoas em Alvalade.-----

----- Sabiam que não havia obra que não causasse o seu incómodo, mas o Executivo, ouvindo os fregueses, optou e bem por uma alteração temporária do estacionamento na Avenida da Igreja, que de alguma forma tinha mitigado o número de lugares no parque e permitido dentro da normalidade a todos os que se deslocavam a essa zona.-----

----- Outro ponto que destacavam era a ação da Junta de Freguesia nos últimos meses para reduzir a clivagem em muitos passeios pedonais, em muitos pontos críticos da Freguesia. Sabiam que outros ainda necessitavam de alguma intervenção e pediam ao Executivo para não se esquecer desses pontos. -----

----- Por último queriam também deixar o agradecimento às equipas da higiene urbana da Junta de Freguesia, que diariamente e mesmo em condições climáticas adversas procuravam a rápida resposta ao lixo depositado indevidamente junto a ecopontos, papeleiras e canteiros. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Mário Branco, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que queria dar uma informação, porque já era a segunda vez que se referia. A Junta de Freguesia de Alvalade não contratava professores, não contratava polícias e também não contratava médicos, razão pela qual uma proposta ali acerca da saúde não foi votada favoravelmente. Podia apoiar e bem a esquadra, como estava a fazer o Executivo e o anterior também fez, como fez no passado obras no centro de saúde com dois gabinetes e fazia também nas escolas, mas de facto não podia contratar os profissionais.-----

----- Quanto à informação escrita tinha um reparo que não seria novo, porque ela foi feita na senda do que foi feito até agora, mas o Executivo tinha estado mais disponível para melhorar alguns procedimentos e por isso levava essa questão. Tinha a ver com a

forma como a informação estava redigida, com muita informação redundante e até repetida, com muitas reuniões cujo resultado nunca chegavam a saber dos diversos grupos de trabalho e dos próprios Vogais, repetindo até a realização da mesma reunião porque o Vogal esteve presente. -----

----- No caso havia até o exemplo de uma reunião com a CUF na área da saúde. Acabava por ter informação correntíssima do normal funcionamento da Junta de Freguesia e isso diminuía a qualidade da informação escrita e também o objetivo que a Junta devia ter na forma como comunicava com os fregueses e com os Membros da Assembleia de Freguesia. -----

----- Havia o exemplo da aquisição de serviços, áreas que pela sua índole exigiam um cuidado acrescido de transparência. Existiam aquisições muito específicas, em que diziam por exemplo aulas de tango para a Universidade Senior, mas depois tinham outras que queria perguntar o que eram exatamente, serviços de apoio operacional da JFA e serviços de monitorização e consultadoria especializada. -----

----- Adicionalmente, a reunião com a CUF no âmbito do programa “CUF Inspira”, saber o que se procurava por aí. -----

----- Relativamente aos sacos de dejetos de canídeos distribuídos na Freguesia, parecia ao toque já não serem de material biodegradável, como em tempos foram adquiridos. Perguntava se optaram por essa opção de já não adquirir esse tipo de sacos e, se isso aconteceu, qual a razão de ter acontecido. -----

----- Em relação ao “Mexe-te” junto à Dom Luis da Cunha deixava o seu testemunho. Acabava por ser um bocado chato às vezes porque quem ia de carro era porque tinha que ir de carro e queria deixar os miúdos na escola rapidamente para ir trabalhar. Ter que arranjar um lugar de estacionamento, sobretudo se estivesse a chover, não era particularmente simpático. Era só um testemunho, mas a iniciativa era boa. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Daniel Carapau, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que acerca da segurança rodoviária referia-se ter havido reuniões com a divisão municipal e queria saber uma atualização, visto que a seguir aos atropelamentos foi ali discutida a situação e dito que a Junta não tinha capacidade para gerir a instalação de radares, que isso seria discutido durante o corrente ano com a divisão municipal. Gostaria de saber a estimativa de quando esses radares poderiam estar em funcionamento, tanto na Avenida Estados Unidos da América como na Avenida das Forças Armadas. -----

----- Em relação ao fundo de emergência social, que aparecia ali como sendo aprovado apenas um processo para duas pessoas, ou tendo sido pago um processo, queria saber se era porque apareceram outros pedidos que não puderam ser aprovados por condições de elegibilidade ou outras, ou se era porque não apareceram mais pedidos, o que seria um pouco estranho porque havendo as carências económicas existentes atualmente, o custo de vida e da habitação, não estarem a aprovar mais processos no âmbito desse fundo. ---

----- Vinham referindo isso ao longo dos anos e ao longo dos mandatos sucessivamente, que havia pouca execução das verbas para apoios sociais. Queria saber não só o número de processos pagos, mas sim o número de processos que foram tratados e quais não podiam ser aprovados e qual a razão de não serem. -----

----- Isso associava-se à necessidade de haver uma muito mais forte divulgação desses apoios. A página da Junta de Freguesia remetia mais informações para a página da Câmara e apenas era dito que as pessoas tinham que ligar para os serviços a pedir o apoio, mas devia haver mais informação disponibilizada sobre esse tipo de apoios aos fregueses. -----



----- Eram referidas as reuniões que houve com a Associação Pro Punk. Receberam um contacto por parte dessa associação acerca da organização do festival desse ano. Poderia dizer o Executivo que essa informação estava desatualizada, porque já foi há algum tempo que tiveram essa conversa com a associação, mas parecia que ainda não tinha sido possível chegar a um acordo acerca da data para a realização do festival por objeções do concessionário do quiosque. Parecia um pouco estranho que o concessionário do quiosque tivesse o poder de veto sobre datas para realização de eventos públicos. A concessão do quiosque não haveria de implicar esse poder de veto em relação à realização de eventos que tinham lugar na zona envolvente. -----

----- A associação transmitiu-lhes que estava a haver uma grande inflexibilidade por parte do concessionário e que a Junta transmitiu que devia ser tida em conta a indicação do concessionário, que só poderia o evento acontecer no período em que o quiosque estava encerrado. Queria saber se essa situação já foi ultrapassada, porque esse era um evento de interesse para a Freguesia e que já aconteceu anteriormente, pelo que seria necessário achar uma solução de modo a contentar as várias partes envolvidas, sendo que havia músicos não envolvidos e que não poderiam estar disponíveis em determinadas partes do ano. -----

----- Foi referido pelo Senhor Presidente a questão do dog park, que afinal o terreno era privado. Perguntava se foi o proprietário que contactou a Junta, devia ter sido a Câmara a informar que afinal o terreno era privado e se iria ser encontrada uma localização alternativa para o dog park em função desse novo desenvolvimento. -----

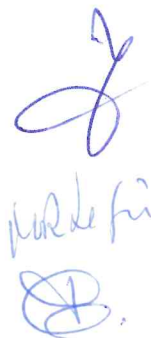
----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que em relação a um assunto discutido ali na última Assembleia, julgava que tinha ficado de ser averiguada a situação, mas voltava a tocar e que era o depósito de terras por trás da Faculdade de Letras, que no fundo inviabilizava a utilização dos espaços verdes. Era, bem no seu entender, um espaço verde mais selvagem, mas invalidava a sua utilização. Isso além do que aconteceu com as chuvadas, em que muita terra foi por ali abaixo, até porque não estava contida, estava ali colocada de uma forma que parecia para facilitar e não ter custos de deslocação para o sítio onde devia ser transportada. -----

----- Na questão das escolas voltar a frisar os esforços que tivessem sido feitos ou não na garantia que as crianças das duas escolas em risco sísmico grave pelo LNEC estavam salvaguardadas. Obviamente que não porque elas ainda lá estavam a ter aulas naquelas condições, mas saber qual era o estado de desenvolvimento desses planos, o que a Junta tinha feito junto da Câmara Municipal de Lisboa e a partir daí junto do Governo para que as verbas fossem disponibilizadas e as obras realmente terem início, com o necessário acautelamento de que as crianças poderiam continuar a ter aulas. -----

----- Era interessante perceber que as turmas de sétimo e oitavo ano da Eugénio dos Santos iriam passar para a escola Rainha Dona Leonor. Se calhar já era uma tentativa de reduzir o número de crianças que estavam num perigo sísmico na Eugénio dos Santos, mas perceber se havia um acompanhamento disso. Foi aprovado em conselho educativo e, portanto, perceber como a Junta via essa situação. -----

----- Em relação ao projeto da Praça de Alvalade, entretanto foi lançado o concurso público, ele voltou para trás, o que pediam e já tinham pedido anteriormente era que houvesse mais informação. Já foi tornada pública através dos canais, podia ser partilhada. Era quase indispensável em qualquer coisa que se fizesse ali, era um dos corações da Freguesia, tinha que haver uma consulta pública e ser apresentado, mas se já se fez um concurso público era porque claramente não havia vontade de fazer isso. Na verdade nunca houve, foi levantado ali várias vezes e era um erro crasso,



independentemente da solução poder vir a ser magnífica, que não sabia qual era porque ainda não tinha conseguido ver. No seu entender até devia ser a Câmara a enquadrar a consulta pública, mas isso eram outras questões. -----

----- Quanto à segurança rodoviária, realmente observavam a colocação de algumas lombas e a demarcação de passadeiras, o que era bem visto. Chamava à atenção que algumas das lombas estavam colocadas de uma forma completamente errada, na Avenida da Igreja havia pelo menos um par de lombas. Fizeram pelo menos uma coisa boa, que foi pôr lombas nas duas vias para os espertos que passavam ao lado em contramão e aumentando ainda mais o risco. O local de colocação e as distâncias não estavam adequadas ao sítio, nem sequer de onde ia o perigo maior, nem de acordo com normas de regulamentos nalguns casos e noutros casos com as orientações mais gerais.-

----- Se calhar faria sentido comunicar com a Câmara Municipal de Lisboa e garantir que havia uma fiscalização eficiente e, se fosse necessário, tirar de onde estavam e colocar num sítio em que efetivamente contribuíssem para a proteção do risco de atropelamento. Houve uma moção apresentada em relação à segurança rodoviária, tinha lá uma série de ideias e podiam ir lá buscar algumas. -----

----- Até ao dia anterior e no próprio dia podia haver reuniões e, portanto, a informação escrita nunca seria completa. Voltava a sugestão de distribuir mensalmente, independentemente de haver ou não Assembleia de Freguesia. Ia sendo feito e podia ser distribuído ao dia 5 de cada mês e aí teriam um acompanhamento mais próximo. Sabiam que era um processo moroso e provavelmente tinha que ser encontrado um processo interno que fosse mais fácil, não ser um aumento de trabalho para os trabalhadores e não terem que estar a duplicar, mas ficava a sugestão. -----

----- Em relação ao fundo social, RAFA, esses pedidos de apoio, também uma sugestão que já foi dada há mais tempo e que permitiria perceber um pouco melhor e até responder a algumas questões que foram ali colocadas, que era não irem só os pedidos aprovados e irem os pedidos submetidos, quantos foram submetidos e quantos foram aprovados, quais, porque de vez em quando ouviam pessoas a dizer que não foi aprovado e não se percebia muito bem. Essa era muito simples, podia ir facilmente na informação escrita e contribuiria para um melhor escrutínio e melhor transparência. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Nuno Lopes, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que antes de mais queria fazer uma correção ao Membro Frederico Lira, não eram os sétimos e oitavos anos que iam passar para o Rainha, era ao contrário, eram os sétimos e oitavos anos da Rainha que iam passar para a Eugénio. -----

----- Aproveitava para reforçar que tinham a escola Gago Coutinho ainda com obras e nos próximos dois anos os alunos teriam aulas em contentores, a Junta de Freguesia tinha que se preocupar com essa situação. -----

----- Sobre o estacionamento queria dizer a todos que o “Mudar Alvalade” não era contra o estacionamento, nunca disseram isso. Eram contra esse modelo de estacionamento que utilizaram e se houve uma reunião no dia 10 de dezembro a reunião de Assembleia foi no dia 12 de dezembro, dois dias depois e um assunto de tanta importância, como tinham presentes moções apresentadas à última da hora e que foram aceites, teria sido de bom tom ter sido apresentada na Assembleia a situação do estacionamento. Para aqueles que não se importavam de saber pelo Facebook tudo bem, mas o “Mudar Alvalade” importava-se. Era um espaço de excelência e foi uma má troca, trocaram um estacionamento subterrâneo por um elevador. -----

  
M. P. de F.  
B.

----- Essa situação podia ter sido discutida, era um espaço de excelência e não eram contra, simplesmente foi ocultado e podia ter sido discutido na Assembleia do dia 12 de dezembro e não foi. Isso para si era grave, fizeram uma má troca. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Presidente da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que deixava o parque de estacionamento para o fim, para repetir algumas das informações que tinha dado na última Assembleia, em que se calhar não houve oportunidade de ouvir e também não viu a intervenção detalhada que fizera sobre o tema, mas não se importava de repetir. -----

----- Relativamente à segurança, quando ligou uns meses atrás à esquadra para reportar a situação os agentes só tinham à sua disposição a viatura da Junta de Freguesia. Naturalmente que a intervenção da polícia não estava circunscrita à esquadra e, se houvesse um problema mais grave, estava incluída numa 2ª Divisão que ia otimizando os recursos, apesar dessa situação não ser a ideal. A esquadra tinha adstritos assim dois veículos por norma e não mais do que isso. Entraram 24 agentes, mas outros foram transferidos, ou entraram na idade da reforma, etc. -----

----- Quanto à substituição do nome Fernão Lopes, agradecia a questão para poder esclarecer. A comissão de toponímia pediu a substituição do nome porque já existia uma rua com o nome desse senhor no Lumiar. Portanto, era de evitar o mesmo nome nas ruas e houve essa substituição. A Câmara Municipal sugeriu outro nome, o tempo foi curto, tinha partilhado com a associação de moradores a ver se tinham alguma coisa contra e não tinham, explicando também o enquadramento dessa substituição e que tinha de ser feita à luz do regulamento de toponímia do Município de Lisboa. Foi só essa a razão e mais nenhuma, tudo o resto manteve-se. As placas da segunda fase já foram aprovadas e estavam a ser produzidas para serem colocadas. -----

----- Em relação aos painéis da JCDecaux, foram colocados em agosto de 2024. Lembrava-se disso perfeitamente, tinha ligado de imediato ao Senhor Vereador e depois também à chefe de divisão do espaço público, que tinha a responsabilidade da gestão desse contrato, dizendo que achava inaceitável colocar aqueles painéis naquele local sem a Junta ter sido informada. -----

----- Daquilo que era do conhecimento, pelo menos numa fase inicial não estavam previstos painéis para aquelas localizações e foram colocados. Iriam lutar para que fossem removidos e podia ser uma oportunidade aquando da implementação da empreitada para solicitar a retirada, apesar que o projeto era público, já foi aprovado em reunião do Executivo e estava disponível a qualquer um. -----

----- Também criariam um separador próprio com toda a informação desse projeto quando o segundo concurso fosse lançado, porque o primeiro ficou deserto. Nessa área seriam colocados alguns vasos de grande dimensão, em virtude que não foi aprovada a retirada do mármore ou das pedras por parte do Município de Lisboa. Sugeriram que fosse colocada uma solução amovível porque também não queriam que se tirasse terra, em virtude do pavimento estar a um metro... nem no separador central queriam que se colocasse a solução que iam colocar, conseguiu-se um compromisso com o Município de Lisboa em virtude dessas situações. -----

----- Relativamente à apresentação da informação escrita poder ser mais friendly, concordava e tentariam fazer algumas melhorias para a próxima. Os serviços iam compilando a informação de cada pelouro e por vezes havia reuniões conjuntas e essa informação era descrita conforme acontecia. -----

----- Sobre os sacos dos dejetos caninos, aconteceu só uma vez a não utilização dos sacos biodegradáveis, mas continuavam a manter a mesma política que ia do passado e bem. -----



----- Relativamente aos contratos de consultadoria, tinham a ver com a empresa Blue Energy que lhes dava apoio naqueles 130 contadores de medição dos consumos de energia, gás e água, nos vários espaços que eram geridos pela Junta de Freguesia. Foi necessário renovar o contrato e por acaso poderia estar melhor descrito para facilitar a compreensão. -----

----- Relativamente ao apoio operacional, era um funcionário que estava adstrito à Teixeira de Pascoais, fazia o trabalho de contínuo e do expediente normal para dar apoio a esse edifício e também na Junta de Freguesia. -----

----- Sobre os radares que estavam previstos para essa segunda fase que começava no início do ano, decorreu de uma explicação do diretor municipal de mobilidade aquando de uma visita conjunta dos Presidentes de Junta de Alvalade e Avenidas Novas com a oitava comissão permanente, em que foram explicadas as várias fases de intervenção no eixo da Avenida Estados Unidos da América e das Forças Armadas. Daquilo que sabia, os radares estavam ainda para aprovação da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária e esperava que, quando fossem aprovados, a Câmara Municipal fosse breve na sua implementação. -----

----- Quanto ao FES na área dos direitos sociais, aprovavam os processos que iam chegando, aqueles que não eram aprovados seria porque as pessoas não tinham enquadramento no regulamento existente, não era por mais nenhuma razão. O dinheiro existia, a dotação orçamental existia e só não eram atendidos os pedidos se não se enquadrassem no regulamento. -----

----- Em relação ao tema do Pro Punk passaria a palavra ao Vogal Paulo Doce Moura, que tinha acompanhado esse tema das reuniões. No ano anterior era quem tinha acompanhado mais o tema entre o quiosque e a associação organizadora do festival. A decisão era baseada no bom senso, tinham um concessionário do quiosque com uma atividade de negócio, tinha que pagar renda todos os meses do ano e os meses mais fortes eram no verão. Tinha que haver aí uma consensualização para não haver negócio “desleal” para um concessionário que tinha uma obrigação perante a Junta de Freguesia e não podia ser a Junta a criar problemas para que eles tivessem dificuldade em pagar a renda. Tinha que haver um equilíbrio e acordo do quiosque com a Junta, porque era uma decisão da Junta e não seria justo para alguém que tinha de pagar renda durante doze meses do ano e os meses fortes eram no verão, nomeadamente o mês de julho. -----

----- Tinham vindo a fazer esse trabalho, o Vogal Paulo Doce Moura tinha acompanhado as reuniões com as várias entidades para chegarem a bom porto, não podia ser era que se não se fizesse como queriam iam fazer barulho ou falar com as forças políticas. Não era assim que as coisas aconteciam, era com bom senso e acordo entre os várias intervenientes. Tomariam uma decisão e, fosse ela qual fosse, era a Junta de Freguesia a tomar essa decisão. -----

----- Relativamente ao tema do dog park, nesse caso foi o promotor do projeto que os contactou, a dizer que tinha comprado o terreno. Ficaram um pouco surpreendidos e solicitaram alguma informação à Câmara, que estavam a aguardar. Mais recentemente houve uma reunião, esse promotor já teve reuniões com o Município de Lisboa na área do urbanismo para aquele lote de terreno. Também tinha ficado surpreendido e veriam quais eram os desenvolvimentos, acreditava que o Município sabia aquilo que estava a fazer. Ainda estavam na fase do desenvolvimento dos projetos, numa fase muito preliminar. -----

----- Relativamente à questão do depósito de terras, questionaram a Universidade de Lisboa e foi dito que essas terras faziam parte da escavação de um edifício de expansão da Faculdade de Letras. A verdade era que a Universidade de Lisboa não deu qualquer informação e podia ter dado. O terreno era da Universidade de Lisboa, existia um



protocolo entre a Faculdade e o Município e a Junta tinha a delegação de competências através de um CDC para fazer a gestão daquele local, mas também foi dito pela Universidade de Lisboa que era temporário e quando acabassem a obra seria retirado e deixado como estava o espaço anterior. De qualquer maneira, no limite não teriam que lhe dar essa informação, mas fizeram essa questão e a faculdade assumiu que podia ter dado algum detalhe sobre o tema. -----

----- Sobre o parque de estacionamento, não esconderam nada, a informação estava disponível há muito tempo. Foi a discussão na oitava comissão permanente da Assembleia Municipal, saíram notícias em vários meios de comunicação social em junho de 2024, "Assembleia Municipal aprova novo parque de estacionamento junto ao Mercado de Alvalade". Foi com todo o detalhe, era pública a informação da oitava comissão, foi votado em Assembleia Municipal e não tinham nada a esconder. Em junho de 2024 a Junta de Freguesia não tinha qualquer projeto na sua posse, no mês de dezembro também não, só tiveram na reunião seguinte acesso ao projeto, que ainda não estava aprovado pela divisão de urbanismo. -----

----- Esse trabalho foi feito pelo Município de Lisboa, foi a troca de uma concessão por outra zona. Ainda havia direitos de concessão da Braga Parques nessa zona e teve que autorizar a realização desse parque por parte da Empark. Poderia haver ainda a possibilidade na zona da Avenida da Igreja e desse parque de estacionamento que estava a ser construído, que a Câmara ou o concessionário do direito de superfície decidissem fazer outro parque numa zona próxima, mas eram direitos adquiridos desde 1995 e nunca caducaram. Não percebia como, mas a verdade era que estavam em vigor e nas Grandes Opções do Plano 2025 votadas na Assembleia, na página 8 dizia o seguinte: "Que a Junta de Freguesia, junto da Câmara Municipal de Lisboa, garantir que o desenvolvimento do projeto de construção do parque de estacionamento junto ao Mercado de Alvalade se inicia no primeiro trimestre de 2025, por forma a dar resposta às necessidades dos moradores, comerciantes e a todos os que circulam em Alvalade, melhorando as condições de mobilidade, de qualidade de vida de todos os residentes".--

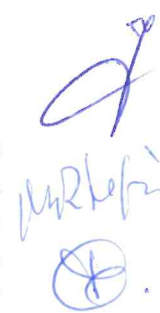
----- Mais uma vez não escondiam nada, estava na informação. Pelos vistos também não leu a informação escrita do Presidente na página 29, onde dizia que houve reuniões com o Município de Lisboa. Toda a informação ia sendo dada e podiam criticar por muita coisa, mas por não dar informação achava um pouco difícil e abusado que dissessem isso. A informação do parque de estacionamento foi pública, teve que ser aprovada pela Assembleia Municipal, pelo menos o Senhor Vice-Presidente foi auscultado na oitava comissão permanente. Não escondiam nada. -----

----- Percebia que pudessem dizer que não concordavam, no seu caso não podia dizer se concordava ou não, foram feitos vários estudos pelos técnicos da Câmara, foram estudadas várias alternativas, havia condicionantes em relação à localização e aos direitos de superfície que existiam para aquela zona. Diria que foi a melhor decisão, tendo em conta aquilo que lhes tinha sido apresentado. Se a construção era para cima ou para baixo, isso teria que ver com o custo da obra, com o prazo de construção e com a vertente mais técnica que não tinha capacidade de discutir, pois não era especialista em parques de estacionamento.-----

----- No dia 21 de dezembro deram toda a informação, tinha andado com elementos do Executivo a distribuir flyers que foram realizados pela Câmara Municipal para dar informação aos comerciantes e aos moradores que viviam nas redondezas. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Tesoureiro da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** acrescentou que fizeram também um inquérito à população residente na zona e já com bastantes meses de antecedência de



todo esse processo e que esse inquérito foi também respeitado pelos serviços da Câmara nas decisões que adotaram sobre o tema do estacionamento. -----

----- No seguimento da intervenção do Membro Mário Branco e também do Membro Frederico Lira sobre a informação escrita, tinham o mesmo sentimento, achavam também que podiam fazer um documento que não dizia de melhor qualidade, mas diferente, atingindo alguns pontos que tiveram oportunidade de alertar. -----

----- Concordassem ou não com as suas opiniões, o Executivo estava numa postura de ir avaliando aquilo que lhes parecia ser mais razoável ou não. Em relação à informação escrita, tinha que admitir que existia alguma sistematização na informação que os diferentes serviços iam fazendo chegar e que normalmente era mais em forma de reunião realizada no dia tal com a entidade tal, não havendo depois um detalhe sobre o tema da reunião ou aquilo que se discutiu na reunião.-----

----- Achavam também que ao colocar toda essa informação o documento de 50 páginas passaria a ter 100 ou 150 e tinham algumas dúvidas se isso seria adequado para depois uma discussão em sede de Assembleia de Freguesia. -----

----- Outra coisa que sentiam e falava por si, por exemplo nos pelouros do desporto e da cultura, muitas vezes ia fazendo reuniões em que não tinha a companhia dos serviços do desporto e da cultura. Muitas vezes iam as reuniões em que os serviços estiveram consigo, mas não iam as reuniões que tinha feito sozinho e sentia em particular esse ponto menos positivo. -----



----- Também lhe parecia relevante e cada vez mais o ponto de situação por exemplo no início do ano sobre os apoios financeiros e não financeiros que atribuíam às entidades. Era no início do ano que esse processo muito se desenrolava, uma vez que estavam a prestar os apoios para o ano em curso. Havia essa informação sistematizada, porque tinham que registar na base de dados os pedidos que chegavam, que tinham um número de processo, mas era uma reflexão que lhe agradava em particular, que essa informação pudesse também constar na informação escrita. Tinham em comum essa reflexão sobre a informação escrita e certamente que as próximas, a pouco e pouco, iriam ao encontro dessa reflexão que todos estavam a fazer. -----

----- Em relação ao festival Pro Punk, receberam o primeiro e-mail a solicitar uma reunião pela organização do festival. Já fizeram três reuniões, duas com a organização do festival e uma reunião com a gerência do quiosque. Estava presente por parte da Junta com os serviços do espaço público e licenciamento e também da área da cultura. -

----- Perceberam no ano anterior que esse processo da organização do festival no espaço dos Coruchéus não correu bem até quase ao dia do evento, foi um processo muito atabalhoado e difícil e não correu bem, por exemplo, porque uma parte importante do apoio financeiro que a organização recebeu da Câmara Municipal foi para uma espécie de indemnização que foi feita ao quiosque por encerramento no dia do festival. -----

----- Acharam por bem que nesse ano deveriam fazer atempadamente. Começaram esse processo em janeiro, houve uma proposta de data pela organização do festival, que normalmente estava presente através de duas ou três pessoas, para o dia 26 de junho, fazendo já a organização do festival um esforço para que a data não coincidissem com a dos Santos, que foi o que aconteceu em 2024 e havia ali uma confluência muito grande de diferentes posições. Receberam essa data e sempre enquadraram a organização do festival que a decisão da Junta era ver entre as três partes se encontravam uma solução que fosse confortável para todos, que o festival se organizasse e que a gerência do quiosque e a população residente no local, que vivia aquele espaço, também ficasse agradada com a data da realização do mesmo. -----

----- Houve uma contraproposta para uma data diferente por parte da gerência do quiosque e que numa terceira reunião apresentaram à organização do festival, mas já

  
Mário Branco  


tinham contactos feitos com entidades musicais, bandas, etc. e iria ser difícil. Tinha-lhes pedido para refletirem, eles acederam a esse pedido e refletiram e responderam mais tarde a dizer que consideravam difícil a data apresentada como contraproposta, que era a última semana de agosto e primeira de setembro. -----

----- Nesse momento o tema estava do lado da Junta e o processo tinha-se passado de forma positiva. A decisão não estava tomada e independentemente das pressões que podiam sentir iriam manter aquilo que achavam ser correto. O próximo passo seria falar novamente com a gerência do quiosque, como estavam a falar com a organização do festival. Não tinha uma decisão para dar, mas havia todo esse trabalho efetuado. -----

----- Não fazia sentido, da forma como esse processo tinha decorrido e como outros processos por vezes decorriam, haver ali alguma pressão lateral e utilizar outros meios para fazer chegar a bom porto as ideias que pretendiam. Continuariam esse trabalho e achava que ia correr bem. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** constatou não haver mais pedidos de intervenção, dando assim por terminado o Período da Ordem do dia.

----- Como combinado entre todos, regressariam agora ao PAOD para apreciar os documentos da CDU. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro José Ferreira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que, sobre os três documentos apresentados pela CDU, de facto havia um que se calhar necessitava de maior reflexão e que era a recomendação do espaço público, ainda para mais havia lá uma parte que nem sequer representava bem a ideia da CDU e deviam especificar melhor. Esse poderia ficar para a próxima Assembleia, os outros dois eram mais questões proclamatórias e de celebração e não se opunham a isso. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Ana Pelicano, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Ana Pelicano (PSD)** disse que o PSD se sentia confortável em discutir a saudação sobre o Dia da Mulher, mas os outros documentos eram de cariz político e mereciam uma análise mais cuidadosa. Atendendo a isso e como teriam uma Assembleia ordinária em breve, propunha que esses dois documentos fossem discutidos nessa data. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que era necessário um consenso de todos e para já esse consenso apenas estava na apreciação da saudação do Dia da Mulher. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Frederico Lira, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** pediu ao Senhor Presidente da Assembleia que reafirmasse explicitamente a quem ainda não conseguiu ouvir que os documentos foram entregues dentro do prazo legal. Pedia-lhe esse favor, que a seguir à sua intervenção pudesse explicitar isso porque havia quem tivesse dificuldades, não só em apresentar documentos, como em perceber as regras do Regimento da Assembleia. Esse era um ponto que tinha que ficar bastante claro, porque realmente já ultrapassava a vergonha sempre insistindo em coisas. Havia quem gostasse disso. -----

----- A solução apresentada inicialmente pelo Membro Aquino de Noronha era a que faria mais sentido. No fundo tudo podia ser político, até a saudação do Dia da Mulher, mas percebiam perfeitamente no que dizia respeito à recomendação pelo espaço público de qualidade que pudesse ser passada para dia 30. Tinham que garantir que era por ordem de chegada. Achavam que deviam falar das outras duas, mas a Assembleia era soberana. -----

*Handwritten notes in blue ink:*  
A large checkmark or flourish at the top right.  
Below it, the text "MLL" followed by a signature.  
At the bottom right, a circular stamp or signature.

----- Outro ponto seria tentar arranjar mecanismos para que essas situações pudessem voltar a acontecer. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** confirmou que tinha sido recebido por si e, esperava, que também pelos serviços da Junta, no dia anterior às 15:05, por isso no tempo regimental, mas a verdade era que não foram distribuídos. Corrigia só que a reunião seria no dia 29 e não no dia 30. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Senhor Tesoureiro da Junta, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que não era preciso que confirmasse nada, mas sentia-se mais confortável em dizer que efetivamente receberam as moções pelo e-mail do Membro Sérgio Morais às 15:05 e 15:07 do dia anterior. Como responsável da divisão administrativa pedia desculpa à CDU pelo facto de não terem distribuído os documentos. Houve um problema de organização interna e queria só, em nome do Executivo e dos serviços, pedir desculpa à CDU por não terem distribuído, unicamente por um lapso de trabalho. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que só havia consenso relativamente à saudação do Dia da Mulher, que, assim, iriam discutir e votar, os outros dois já estavam marcados para dia 29, no PAOD, em ordem de chegada. -----

----- Tendo sido pedida a palavra pelo Membro Aquino de Noronha, foi-lhe a mesma concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** apresentou o seguinte Documento: -----

----- **Saudação** -----

“-----8 de Março – Dia Internacional da Mulher-----

----- *No passado dia 8 de março assinalou-se o Dia Internacional da Mulher. Assinalar este dia é prosseguir com o simbolismo desta data que se transformou num símbolo da luta das mulheres em todo o Mundo pelos direitos das mulheres, pela igualdade, justiça social e pela Paz.* -----



----- *Em Portugal, assinalar este dia é valorizar e lutar pela participação das mulheres na sociedade e pelo direito de serem realizadas políticas que ponham fim às persistentes desigualdades e discriminações, pela limitação de direitos no trabalho, na família, pelo acesso a cuidados de saúde, nomeadamente no acompanhamento da gravidez, parto hospitalar e o cumprimento da lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, pela participação na política, na cultura, no desporto, na vida.* -----

----- *É preciso enfrentar e combater as várias formas de violência contra a mulher, nomeadamente a violência doméstica e a exploração na prostituição. O respeito dos direitos das mulheres e a igualdade, são condição para uma sociedade verdadeiramente democrática.*-----

----- *Uma saudação a todas as mulheres que vivem, trabalham ou estudam na Freguesia de Alvalade, às mães, avós, às mulheres que todos os dias lutam por uma vida melhor e pela efectivação dos seus direitos. Uma saudação especial às trabalhadoras da Junta de Freguesia que com o seu trabalho garantem o funcionamento das várias áreas da vida da freguesia, na limpeza urbana e nos jardins, no atendimento à população, nas escolas e equipamentos desportivos e culturais ou no apoio aos eleitos nos órgãos autárquicos. Naturalmente, uma saudação que se estende às mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos da freguesia.* -----

----- *Os eleitos da CDU* -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que achava uma vitória civilizacional ter sido admitida por consenso essa saudação, o que em tempos passados talvez não o fosse. Por isso dava os parabéns a todos. -----

  
M. Aquino  


----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Saudação “8 de Março – Dia Internacional da Mulher”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----


----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e três horas e trinta minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.-----

1º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

-----O PRESIDENTE-----

  
H/ra Augusto de Sá  
Lameiras.